

Turismo, Educação Patrimonial e Extensão Universitária: Reflexões a partir do Programa de Extensão “O Turismo no Museu” da Universidade Federal de Juiz de Fora

Tourism, Heritage Education and University Extension: Reflections from the Extension Program “O Turismo no Museu” at the Federal University of Juiz de Fora

Turismo, Educación Patrimonial y Extensión Universitaria: Reflexiones del Programa de Extensión “O Turismo no Museu” de la Universidad Federal de Juiz de Fora

Monalisa Barbosa Alves¹

Inacio Botto²

Priscila Reis Vieira³

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre Turismo, Educação Patrimonial e Extensão Universitária com ênfase no programa de extensão “O Turismo no Museu”, da Universidade Federal de Juiz de Fora, que teve como objetivo conceber e fortalecer ações de educação patrimonial, assim como de arte, memória, ecologia e lazer, no Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, Minas Gerais. A educação patrimonial, enquanto prática pedagógica pode ser considerada uma ferramenta importante na construção da cidadania, utilizando o patrimônio cultural como fonte primária do conhecimento, fortalecendo questões como identidade, democracia, cidadania e sustentabilidade. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa através de estudo de caso; pesquisa bibliográfica e documental; e, entrevistas. É possível afirmar que o programa favoreceu a formação ético-política de seus membros e do público alvo, sendo capaz de dinamizar ações que valorizem o patrimônio cultural e natural do município de Juiz de Fora, assim como, fomentando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Palavras-Chave: Turismo; Educação Patrimonial; Extensão Universitária; Universidade Federal de Juiz de Fora; Museu Mariano Procópio.

Abstract: The objective of this work is to present a reflection on Tourism, Heritage Education and University Extension with an emphasis on the extension program "Tourism in the Museum", from the Federal University of Juiz de Fora, which aimed to design and strengthen heritage education actions, thus such as art, memory, ecology and leisure, at the Mariano Procópio Museum, Juiz de Fora, Minas Gerais. Heritage education, as a pedagogical practice, can be considered an important tool in the construction of citizenship, using cultural heritage as a primary source of knowledge, strengthening issues such as identity, democracy, citizenship and sustainability. The methodology used was the qualitative approach through a case study; bibliographic and documentary research; and, interviews. It is possible to state that the program favored the ethical-political formation of its members and the target audience, being able to dynamize actions that value the cultural and natural heritage of the city of Juiz de Fora, as well as fostering the articulation between teaching, research and extension, enabling the transforming relationship between university and society.

Key words: Tourism; Heritage Education; University Extension; Federal University of Juiz de Fora; Mariano Procópio Museum.

Resumen: El objetivo de este trabajo es presentar una reflexión sobre Turismo, Educación Patrimonial y Extensión Universitaria con énfasis en el programa de extensión "Turismo en el Museo", de la Universidad Federal de Juiz de

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: elisyfelicio@gmail.com.

² E-mail: inaciobotto@hotmail.com.

³ E-mail: priscilareisvieira@hotmail.com.

Fora, que tuvo como objetivo diseñar y fortalecer acciones de educación patrimonial, así como arte, memoria, ecología y ocio, en el Museo Mariano Procópio, Juiz de Fora, Minas Gerais. La educación patrimonial, como práctica pedagógica, puede ser considerada una herramienta importante en la construcción de la ciudadanía, utilizando el patrimonio cultural como fuente primaria de conocimiento, fortaleciendo temas como la identidad, la democracia, la ciudadanía y la sostenibilidad. La metodología utilizada fue el enfoque cualitativo a través de un estudio de caso; investigación bibliográfica y documental; y entrevistas. Se puede afirmar que el programa favoreció la formación ético-política de sus integrantes y del público destinatario, pudiendo dinamizar acciones que pongan en valor el patrimonio cultural y natural de la ciudad de Juiz de Fora, así como fomentando la articulación entre la docencia, investigación y extensión, posibilitando la relación transformadora entre universidad y sociedad.

Palabras clave: Turismo; Educación Patrimonial; Extensión Universitaria; Universidad Federal Juiz de Fora; Museo Mariano Procópio.

1 Introdução

A Educação Patrimonial, enquanto prática pedagógica pode ser considerada uma ferramenta importante na construção da cidadania, utilizando o patrimônio cultural como fonte primária do conhecimento, fortalecendo questões como identidade, democracia, cidadania e sustentabilidade.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), as ações educativas se firmam nos atos coletivos para constituir e partilhar conhecimentos com a finalidade de entender, investigar, conhecer e transformar a realidade na qual os indivíduos estão inseridos. Quando essas ações estão relacionadas ao patrimônio cultural, damos o nome de Educação Patrimonial (IPHAN, 2018).

A Educação Patrimonial consiste, portanto, em um trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial constitui um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de seu patrimônio cultural, capacitando os indivíduos para um melhor usufruto desses bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos.

Segundo Florêncio (2012), os bens culturais funcionam como uma base para a construção coletiva do conhecimento, portanto, é preciso considerar o patrimônio cultural como uma atividade interdisciplinar, essencial no processo educativo. Para o autor, outro fator importante para o sucesso das ações educativas de preservação e valorização do patrimônio cultural é o estabelecimento de vínculos entre políticas públicas de patrimônio às de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas, favorecendo,

então, o intercâmbio de ferramentas educativas de modo a enriquecer o processo pedagógico inerente a elas.

Nesta perspectiva, em 2016, o Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em parceria com o Museu Mariano Procópio (MAPRO) desenvolveu o programa de extensão “As práticas de educação patrimonial para o fortalecimento da democratização cultural, do exercício da cidadania e da preservação da memória no Museu Mariano Procópio”⁴ que teve como objetivo conceber e fortalecer ações de educação patrimonial, assim como de arte, memória, ecologia e lazer. As ações visavam promover o desenvolvimento do exercício da autonomia, da cidadania, da identidade, da diversidade cultural, assim como de promover a difusão artística e a preservação da memória local e do ambiente natural (FROSSARD, 2016).

Com o término da vigência do referido programa e visando dar continuidade às ações realizadas no MAPRO, em 2018, um novo programa intitulado “O Turismo no Museu”⁵, foi instituído com os mesmos objetivos do programa anterior, contemplando, no entanto, três dos sete projetos que o integravam, sendo estes: “Encontros no Jardim”, “Férias no Museu” e “Ciclo de Palestra: Diálogos sobre Memória e Patrimônio”

Contudo, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre Turismo, Educação Patrimonial e Extensão Universitária, com ênfase no Programa de Extensão “O Turismo no Museu”. Acredita-se que a extensão universitária é um dos principais meios de diálogos entre a universidade e a sociedade, considerando-a um lugar de desenvolvimento do pensamento crítico voltado para a realidade.

A reflexão proposta torna-se pertinente diante o número reduzido de artigos que abordam a extensão em interface com a educação patrimonial e o turismo. Entre março e abril de 2021 foi realizada uma busca na base de dados Publicações em Turismo da Universidade de São Paulo, através da palavra “extensão”, utilizando-se o filtro “todos os campos”, foram encontrados 94 artigos e destes, apenas 8 abordavam experiências e reflexões sobre Educação Patrimonial.

⁴ O programa, contemplado no edital Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (ProExt/MEC) de 2016, foi desenvolvido no período de 2016 a 2018.

⁵ Programa instituído através de submissão ao edital nº003/2018 - Programas e Projetos de Extensão de Demanda Espontânea da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora (Proex/UFJF).

Quando a busca foi realizada através da palavra “extensão universitária”, dos 20 artigos encontrados, apenas 5 abordavam a Educação Patrimonial. Neste sentido, a importância do presente trabalho justifica-se por contribuir com a reflexão e intercâmbio de práticas e resultado de ações de extensão desenvolvidas, agregando conhecimento na área de Educação Patrimonial, Turismo e Extensão Universitária.

A extensão universitária é um espaço de educação diferenciado, pois ao inserir-se nas diferentes realidades sociais, ela nos permite conhecer tal realidade e, assim, auxiliar na sua transformação. Desta forma, configura-se um processo de ensino-aprendizagem entre os participantes dos projetos e a comunidade. A atividade prática da extensão “implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2016, p.118).

Vale ressaltar que diante o atual contexto brasileiro de desvalorização da pesquisa e da ciência, que impacta diretamente as universidades públicas, torna-se oportuno e relevante debater sobre a importância da universidade frente à sociedade, reafirmando seu papel central através do ensino, da pesquisa e da extensão. O presente trabalho toma como foco a extensão universitária, sem, contudo, desarticulá-la do ensino e da pesquisa.

Por outro lado, Nunes (2020, p. 13) aponta que no atual contexto, valorizar e preservar o patrimônio tornou-se um desafio “para todos os pesquisadores e interessados da área, pois vivenciamos um momento na nossa realidade político-social em que a cultura e a preservação da memória estão cada vez mais distantes de serem priorizadas.

Ressalta-se que a reflexão proposta relaciona-se à prática da hospitalidade ao propor refletir sobre questões referentes às relações humanas, à interação entre o homem e os espaços e ao comportamento das pessoas em sociedade. De acordo com Boff (2005), o exercício da hospitalidade deve permitir um relacionamento global minimamente ético, tanto no que se refere às relações pessoais quanto à relação do homem com o ambiente, relacionamento este pautado por movimentos ligados à preservação do ambiente e à defesa e promoção dos direitos humanos. Segundo o autor, há nesses movimentos um sentido de cuidado indispensável para outro modelo de mundo, um mundo mais hospitaleiro.

Contudo, para alcançar o objetivo proposto, o artigo está estruturado em cinco seções. Nesta Introdução buscou-se contextualizar a problemática em foco. A segunda seção visa apresentar uma reflexão teórica sobre Turismo, Educação Patrimonial e Extensão Universitária.

Na terceira seção é apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho. A quarta seção apresenta o Estudo de Caso tomando como foco o Programa de Extensão “O Turismo no Museu”. Por fim, a quinta e última seção apresenta as considerações finais do artigo.

2 Turismo, Educação Patrimonial, Extensão Universitária

O turismo constitui um fenômeno sociocultural complexo da contemporaneidade e traduz, muitas das vezes, as representações do mundo e os modos de ser e existir em sociedade. Representa uma via potencial para a transformação social e para a reflexão ética sobre valores numa sociedade em crise. Assim, possui um papel fundamental para a compreensão, valorização e a preservação do patrimônio, que é constituído pelos bens naturais e culturais, compreendendo a cultura, as tradições, a memória e a identidade de um povo, um lugar.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 216 define patrimônio cultural como o conjunto de “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, dentre as quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

De acordo com o Plano Nacional de Turismo 2018-2022, a importância da valorização do patrimônio cultural e natural brasileiro perpassa o reconhecimento, bem como seu aproveitamento como atrativo turístico, envolvendo a “capacitação dos membros da comunidade, onde os bens culturais e naturais estão assentados, para capacitá-los a perceber o ambiente que os cerca e criar uma relação de pertencimento” (BRASIL, 2018, p. 104). O plano aponta como uma de suas estratégias promover a valorização do patrimônio cultural e natural para visitação turística, destacando o papel da Educação Patrimonial e Ambiental.

Para Grunberg, Ramos e Silva (2014), a temática de Educação Patrimonial deve integrar metas de programas de revitalização do patrimônio cultural, representando um dos principais elementos que, aliados ao turismo, pode conduzir ao desenvolvimento sustentável.

Segundo Grunberg (2007), a Educação Patrimonial pode ser compreendida como um processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o patrimônio cultural com todas as suas manifestações, constituindo não somente aqueles bens que se herdam dos nossos antepassados, mas também os que se produzem no presente como expressão de cada geração: artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, dentre outros.

De acordo com o Guia Básico de Educação Patrimonial do Iphan desenvolvido por Horta, Farias, Grunberg e Monteiro, em 1999, a Educação Patrimonial parte de processos metodológicos que se aplicam a

qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA, FARIAS, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p. 6)

Para as autoras, as premissas desse trabalho educativo se constituem pela ideia de que o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. Horta, Farias, Grunberg e Monteiro (1999) destacam que a Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens.

Scifoni (2017), ao analisar os obstáculos da Educação Patrimonial no Brasil, aponta que o Guia qualifica a expressão como uma determinada metodologia, limitando, assim, as possibilidades de compreendê-la como aquilo que designa um campo de atuação que pode contemplar variadas metodologias. Demarchi (2018) e Florêncio (2019) corroboram ao afirmarem que a educação patrimonial não é uma metodologia e sim uma ação educativa que pode se utilizar de várias metodologias. "Ela pode e deve utilizar múltiplas abordagens, metodologias, performances, leituras da realidade que já são utilizadas pelos agentes do território

e que podem se ampliar nos processos de construção coletiva e planejamento das ações” (FLORÊNCIO, 2019, p. 62).

De acordo com Demarchi (2018, p.144), é preciso incentivar o debate crítico sobre o Guia, utilizando estudos desenvolvidos por pesquisadores específicos da área do patrimônio e da educação patrimonial. Nesse esforço de compreensão o autor aponta o trabalho de Oliveira (2011) que atenta para o fato de a educação patrimonial ser um campo que dispõe de várias metodologias, embora o Guia tente vincular a prática a apenas uma metodologia, a saber, as quatro etapas metodológicas (observação, registro, exploração e apropriação).

No entanto, Scifoni (2017) afirma que a perspectiva não deixa de ser a de um trabalho educativo voltado à mobilização de saberes em torno do patrimônio, memória e da herança cultural, tanto em espaços da educação formal como informal. Para a autora,

o compromisso da educação patrimonial deve superar a ideia da transmissão da cultura e da informação, para entendê-lo como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade que pode possibilitar o reconhecimento das pessoas como sujeitos de sua própria história e cultura, capazes de agir em busca das transformações necessárias (SCIFONI, 2017, p.13).

Para Florêncio (2019, p. 62), as iniciativas educativas devem ser consideradas como “um recurso fundamental para a mobilização social em torno do patrimônio cultural, para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento da identidade local e para a afirmação dos sujeitos em seus diferentes modos de ser e estar no mundo”. Para tanto, o autor afirma que essa perspectiva não está alinhada a um modelo de educação que seja somente reprodutora de informações, e que se concretiza em uma via de mão única identificando os educandos como consumidores de informações — modelo designado por Paulo Freire (1970) de “educação bancária”.

Nesta perspectiva, a noção de patrimônio cultural precisa incluir outros aspectos, como as vivências diárias dos sujeitos, onde se encontra o uso da linguagem e do conhecimento naquela concepção de mundo. Portanto, o patrimônio, tido como espaço de cultura, pode, por meio de sua prática educativa, ao incorporar elementos do lazer e fruição, ser lido, interpretado e estabelecer diálogos, não podendo mais ser tido como produto acabado, ainda que histórico-socialmente condicionado a uma determinada época, trajetória histórica ou personalidade (CANCLINI, 2008).

De acordo com Tolentino (2019, p. 145), a Educação Patrimonial, acompanhando todo o debate e reflexão em torno da ampliação do conceito de patrimônio cultural, também se expandiu e se ressignificou. Segundo o autor, durante um bom tempo, prevaleceu no país uma prática educativa voltada para o patrimônio cultural de caráter instrutivista, ou seja, uma “educação-bancária” na perspectiva de Paulo Freire (2011). Para o autor o Guia básico de educação patrimonial do Museu Imperial (HORTA et al 1999) foi a principal referência nesse sentido, defendendo a educação patrimonial como uma metodologia, em que seu objetivo é a “alfabetização cultural”. Nessa linha de pensamento, a educação patrimonial é vista como transmissão de informações, com o fim de conscientizar e levar a “luz” do conhecimento à população.

Segundo Florêncio (2019, p.60), “ao se adotar a expressão “educação patrimonial”, uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foram realizadas em todo o país. Não obstante a extrema pertinência e a importância dos resultados alcançados por essas iniciativas, nem sempre se discerne uma orientação paradigmática definida, subjacente a esse conjunto heterogêneo: ações pontuais e esporádicas de promoção e divulgação se misturam a propostas educativas continuadas, inseridas na dinâmica social das localidades; projetos e encontros, materiais de apoio, cadernos temáticos e publicações resultantes de oficinas se mesclam a práticas significativas, onde esses materiais não constituem um fim em si mesmo, ao contrário, compõem partes de processos educativos.

Um marco na Educação Patrimonial de acordo com Florêncio (2019, p.61), foi a Portaria Iphan n. 137/2016, “que estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio e que tem como objetivo instituir um conjunto de marcos referenciais para a educação patrimonial enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural”. O artigo 3º da referida portaria, apresenta em seus incisos princípios importantes, tais como, integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas; valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais; favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural.

Assim, a educação patrimonial constitui-se, segundo o Iphan, de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado

socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de educação patrimonial. (IPHAN, 2018).

Nesse sentido, Tolentino (2019, p. 146), afirma que a educação patrimonial não é tomada apenas com a finalidade de conhecer o patrimônio para poder preservá-lo. Vai além do conhecer. Segundo o autor, "atuar numa perspectiva dialógica implica, necessariamente, ter que se relacionar com os patrimônios da região e da localidade. Partir do micro, do que existe de referências culturais próximas a minha casa, na minha família, nos arredores da escola, no meu bairro, para então fazer uma reflexão sobre o que é meu patrimônio, o que é patrimônio do outro, o que é patrimônio de uma determinada coletividade. Também questionar que coletividade é essa e quais coletividades estão ou devem ser representadas nos patrimônios de um determinado grupo ou nação, quais são as memórias e quais são os esquecimentos que envolvem a conformação desses patrimônios. E, além disso, refletir sobre qual é o meu papel enquanto cidadão, e qual é o papel do Estado na preservação e valorização desses patrimônios. Isso amplia o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural e a sua relação com a formação de cidadania, identidade e memória" (TOLENTINO, 2019, p. 147).

No município de Juiz de Fora, o MAPRO representa uma instituição de "orgulho e de reconhecimento para os juizforanos. Na verdade, o museu se constitui em uma referência simbólica importante para a cidade" (COSTA, 2005, p.23). Dessa maneira a instituição se configura como importante patrimônio cultural para o município e para o estado, visto que essa é a primeira instituição museológica de Minas Gerais .

O MAPRO possui um relevante complexo arquitetônico-paisagístico constituído por objetos provenientes da coleção de Alfredo Ferreira Lage. O Museu foi aberto à visitação em 1915 como museu particular, e oficialmente inaugurado e doado ao município de Juiz de Fora no dia 23 de junho de 1921. Possui um acervo de aproximadamente 53 mil objetos de valor histórico, artístico e científico. Em 1922, com a expansão do acervo de Alfredo Ferreira Lage, ocorreu a necessidade de construção de um espaço anexo com a finalidade de ser um museu.

Assim, a galeria de Belas-Artes - conhecida hoje como galeria “Maria Amália” -, foi a primeira construção brasileira com essa finalidade.

O Jardim Histórico, conhecido pela população como Parque do Museu, circunda os edifícios e é composto de uma área verde de quase 80.000m². Abriga uma gama de plantas exóticas e nativas da flora brasileira organizadas por um projeto paisagístico assinado pelo francês Auguste François Marie Glaziou. De acordo com a Carta de Florença (1981), os jardins históricos devem receber atenção no que diz respeito à estimulação de ações de valorização e sensibilização destes espaços, enquanto lugares de patrimônio histórico e natural.

Apesar de sua importância, tanto para a comunidade local quanto para o desenvolvimento do turismo no município, os prédios históricos ficaram parcialmente interditados ao público com o fechamento do museu para obras de revitalização e restauro, de 2008 a janeiro de 2019, quando a Vila foi reaberta à visitação. Tendo que gerir esse público sem a plenitude de seu museu, mantendo os vínculos identitários e de pertencimento da população com o patrimônio, os gestores do museu fomentaram a realização de um conjunto de ações educativas, culturais e científicas. Contudo, o número reduzido de funcionários acabava inviabilizando muitas delas.

Assim, foi visando suprir parte dessa necessidade do MAPRO e, ao mesmo tempo, oportunizar um aprimoramento teórico-prático dos estudantes da UFJF, assim como devolver à sociedade, em forma de conhecimento e *know-how*, o investimento público realizado em uma instituição pública de ensino, que o Curso de Turismo apresentou o programa “O Turismo no Museu”.

O programa se propôs a intervir, auxiliar e fortalecer ações já realizadas por meio do edital ProExt 2015, assim como, visou fornecer uma ampla e diversificada formação aos estudantes dos cursos envolvidos promovendo um saber, não apenas profissional, mas sobretudo humano, baseado em valores éticos, políticos, culturais, sociais e ambientais (VILLELA, 2018).

Deste modo, o programa buscou cumprir parte do papel da universidade pública, fazendo com que o saber produzido em seus espaços de conhecimento fosse replicado a espaços e projetos que fossem de interesse público e social, e que, os conhecimentos gerados a partir dessas experiências fossem disponibilizados através de estudos, artigos, dentre outras formas de produção, visando efetivar a indissociabilidade da práxis universitária, ou seja, ensino, pesquisa e extensão (VILLELA, 2018).

De acordo com o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo este tripé o eixo fundamental da universidade brasileira. Para Moita e Andrade (2009, p. 269),

se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade.

Santos (2004) acrescenta que o conhecimento universitário foi, ao longo do século XX, um conhecimento predominantemente disciplinar, cuja autonomia impôs um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às premências do cotidiano das sociedades. No entanto, no século XXI, aconteceu o que o autor aponta como uma passagem do conhecimento universitário para o conhecimento pluriversitário, que distingue-se do conhecimento produzido anteriormente por ser contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. Aplicação esta que acontece para além dos muros universitários. Assim, o autor afirma que o conhecimento característico do século XXI, "é um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento" (SANTOS, 2004, p. 41).

A relação com alguns desses outros conhecimentos pode ser engendrada na atividade de extensão. Para Souza *et al* (2017) a extensão torna-se um dos mecanismos de integração entre o saber acadêmico e o saber popular, entre as possibilidades institucionais e as demandas dos diferentes grupos sociais, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com interesses da sociedade.

Santos, Rocha e Passaglio (2016, p. 28) acrescentam que "a extensão, como parte da formação na universidade, permite um conhecimento teórico-prático que amplia o ensino da sala de aula, além da criação e recriação de novos saberes. Ela se mostra importante para a formação, uma vez que coloca os alunos em contato com saberes, produzidos pela sociedade, externos à universidade, permitindo a tomada de consciência quanto às demandas sociais.

Permite, ao aluno, o contato com experiências para além do que é aprendido em sala de aula, ampliando a visão sobre a teoria. O conhecimento é articulado e contextualizado com as reais demandas sociais. Assim, a extensão, ao abranger a comunidade interna e externa à universidade, permite contribuições recíprocas aos agentes envolvidos.

Portanto, sob a perspectiva da indissociabilidade, a extensão e a pesquisa tornam-se consequências naturais do ensino, referências para que este não se torne abstrato nem desligado das realidades locais. Neste contexto, a extensão universitária ganha maior centralidade nas discussões sobre a universidade como um todo, o que reflete na ideia da curricularização da extensão universitária.

De acordo com o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014), é preciso assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação para áreas de grande pertinência social. A curricularização da extensão faz parte da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa. Neste sentido, Gadotti (2017) afirma que a extensão universitária pode ser um ponto de partida de um repensar do projeto político-pedagógico da universidade.

A extensão realiza, por excelência, o sentido da universidade, já que tem uma função integradora e articuladora da vida universitária como um todo. É possível afirmar que ela subsidia pesquisas de cunho teórico-reflexivo, com elementos práticos e empíricos permitindo explorar as três perspectivas do processo educacional de forma indissociável. Assim, pode ser entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Nesta perspectiva, as práticas extensionistas do programa de extensão “O Turismo no Museu” buscaram, através do fortalecimento de ações de educação patrimonial, promover o desenvolvimento do exercício da autonomia, da cidadania, da identidade, da diversidade cultural, assim como incentivar a preservação da memória local e do ambiente natural. Ações essas que são fundamentais para o conhecimento do ambiente e da cultura, assim como para o incentivo a um comportamento destinado à preservação, a valorização e também ao reconhecimento dos saberes locais e das vivências comunitárias.

A interface da reflexão proposta no presente artigo e a hospitalidade encontra-se no pressuposto de acreditar que todos têm a possibilidade e o dever de, a partir de boas práticas, de cidadania, prover o “bem receber”, o “bem relacionar-se” com o outro e com o ambiente. As discussões em torno da hospitalidade vem permeando diferentes dimensões da vida em sociedade. Cidades começam a estabelecer novos mecanismos para tornarem-se mais hospitaleiras não somente para quem chega, mas, sobretudo, para quem vive em seus espaços. No entanto, é preciso articulação entre poder público, iniciativa privada e sociedade no sentido de promover os lugares mais hospitaleiros. Quiararia (2018) discorre a respeito das relações de acolhimento estabelecidas nos contextos de hospitalidade, como importante fator que potencializa as relações de memória e identidade entre visitante e anfitrião, constituindo e consolidando laços sociais através do acolhimento.

Neste sentido, Moraes (2011) aponta a necessidade de se reavaliar e ampliar, no contexto atual no que se refere ao modo como as cidades contemporâneas se desenvolvem, “a forma de se pensar o termo “hospitalidade” e sua relação com as cidades, o patrimônio e o turismo.

3 Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada fundamentou-se em uma abordagem qualitativa. Quanto ao objetivo classifica-se como exploratória, pois buscou proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 2007). Para Minayo (2010), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, pois se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, possibilitando um profundo e rico entendimento do contexto pesquisado.

Quanto aos procedimentos, utilizou-se para o desenvolvimento da presente pesquisa o Estudo de Caso; a pesquisa bibliográfica e documental; e, a pesquisa de campo composta por observação participante e realização de entrevistas.

A escolha do Estudo de Caso justifica-se por este pretender buscar uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real. Assim, pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social (GERARDTH; SILVEIRA, 2009). Portanto, tal método permitiu a reflexão sobre turismo, educação patrimonial e extensão

universitária no âmbito do Programa de Extensão “O Turismo no Museu”. Para Minayo (2008, p.164) o Estudo de Caso “assemelha-se à focalização sobre um experimento que se busca compreender por meio de entrevistas, observações, uso de banco de dados e documentos”.

Neste sentido, a primeira etapa da pesquisa consistiu em um levantamento bibliográfico sobre a temática do turismo, educação patrimonial e extensão universitária. Fundamentou-se em livros e artigos científicos e teve como objetivo apresentar uma discussão sobre turismo e educação patrimonial, apontando a importância da extensão universitária nesse contexto.

A pesquisa documental baseou-se em leis e políticas sobre turismo e patrimônio cultural, assim como informações disponíveis a respeito do programa “O Turismo no Museu” e do Museu Mariano Procópio. Ressalta-se que as pesquisas, documental e bibliográfica, foram feitas durante todo o desenvolvimento do trabalho, na busca de informações para melhor contextualizar Estudo de Caso e a base conceitual necessária para a sua análise.

A pesquisa de campo constituiu-se em duas etapas: observação participante e realização de entrevistas semi-estruturadas, guiada por um roteiro previamente elaborado contendo questões norteadoras de acordo com o objetivo do estudo. Os sujeitos incluídos na presente pesquisa foram os bolsistas e coordenadores dos projetos em questão, representantes do MAPRO, responsáveis pelas crianças participantes dos projetos Encontros no Jardim e Férias no Museu, assim como participantes do projeto Ciclo de Palestras Diálogos sobre Memória e Patrimônio.

Minayo (2009) considera as entrevistas como “conversas com finalidade”, que visa construir informações pertinentes com o objeto de pesquisa. Haguette (1997, p.86) a define como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados subjetivos só podem ser obtidos mediante a entrevista, pois eles se relacionam com os valores, as atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados. Neste sentido, o recurso das entrevistas foi considerado na presente pesquisa, principalmente por permitir que o tema fosse abordado segundo a ótica dos atores envolvidos ou participantes do Programa.

As entrevistas foram do tipo semiestruturadas permitindo aos entrevistados discorrer mais amplamente sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (MINAYO,

2009). Apesar de, neste caso, existir um roteiro de perguntas, as entrevistas ocorrem, segundo Boni e Quaresma (2005), em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal, de maneira a permitir uma aproximação maior entre o entrevistador e o entrevistado, fazendo com que relatos mais livres possam ser expressos a respeito das perguntas previstas pelo roteiro. As entrevistas foram realizadas no período de agosto a setembro de 2018.

4 As interfaces entre Turismo, Educação Patrimonial e Extensão Universitária: um Estudo de Caso do Programa de Extensão “O Turismo no Museu”

O programa de extensão “O Turismo no Museu”, constituiu-se de três projetos, sendo estes: “Encontros no Jardim”, “Férias no Museu” e “Ciclo de Palestra: Diálogos sobre Memória e Patrimônio”. Todos os projetos apresentavam propostas específicas, mas que convergiam com o intuito de conceber e fortalecer ações de educação patrimonial, em sua maioria, no âmbito do Museu Mariano Procópio.

O projeto “Encontros no Jardim” teve como objetivo proporcionar a sensibilização do público infanto-juvenil a respeito das categorias meio ambiente e cidadania. Ocorreu mensalmente no período de agosto de 2017 a dezembro de 2019, aos sábados, no Jardim Histórico do MAPRO. A metodologia utilizada ao longo do projeto baseou-se na seguinte divisão: *acolhida ou momentos de integração*, onde a equipe se apresentava para os participantes com músicas, resgate de brincadeiras antigas e dinâmicas; momentos de *sensibilização*, com a apresentação do tema, pequenos curtas e bate papo e; por fim a *intervenção*, com oficinas e visitas guiadas, oferta de oficinas de brinquedos recicláveis, oficinas de construção de brinquedos e visitas guiadas pelo MAPRO (Conforme as Figuras).

FIGURA 1 – MOMENTO DE INTEGRAÇÃO



FONTE: Arquivos do Projeto Encontros no Jardim, 2019

FIGURA 2 – MOMENTO DE SENSIBILIZAÇÃO



FONTE: Arquivos do Projeto Encontros no Jardim, 2019

FIGURA 3 – OFICINA DE MATERIAL RECICLÁVEL



FONTE: Arquivos do Projeto Encontros no Jardim, 2019

FIGURA 4 – VISITA GUIADA PELO PARQUE DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO



FONTE: Arquivos do Projeto Encontros no Jardim, 2019

As ações do projeto visavam despertar no público valores e ideias sobre conservação da natureza, ações sustentáveis, alimentação saudável e senso de responsabilidade para com as gerações futuras, apresentando, de forma lúdica, alternativas para os dilemas ambientais que perpassam seu dia a dia, estimulando a modificação de atitudes e a formação de hábitos mais sustentáveis e saudáveis.

Assim, o projeto, a partir da perspectiva da Educação Ambiental, visava uma formação mais consciente e crítica do indivíduo para com o meio ambiente. Contudo, se configurou como uma forma pedagógica, na qual as ações educativas foram pautadas na sensibilização dos indivíduos para a participação e construção de uma sociedade mais envolvida com o meio ambiente.

Para o ex-bolsista do programa Mateus Sigiliano, do curso de Engenharia Elétrica, o projeto teve grande importância em sua vida acadêmica,

no sentido de expandir horizontes, mostrando o impacto da educação patrimonial, da educação ambiental para as crianças, como isso pode ser um elemento de transformação da mentalidade de toda uma família a partir de uma criança que começa a pensar diferente sobre um local, começa a pensar diferente sobre objetos que antes eram descartáveis e passam a ser reutilizados, e passam a ser fonte de diversão, de alegria. Como que a criança começa a valorizar mais a questão das plantas, do plantio como isso pode trazer um grande impacto positivo naquela família e para a próxima geração (Informação verbal).

Cassiana, mãe de Ian, de sete anos, que participou do Encontros no Jardim, corrobora ao afirmar que as ações do projeto são importantes para as futuras gerações por estar trabalhando com eles junto da natureza, junto ao Parque do Museu,

agregando além do que a gente passa em casa, a escola passa também, é um projeto que está trabalhando ainda mais na cabecinha deles a importância do cuidado com a natureza, dessa visão, dessa vivência junto a natureza (Informação verbal).

Para Souza *et al* (2017) a proposição dessas experiências que reconstruam a conexão entre o ser humano e a natureza é tão importante quanto as informações teóricas na educação ambiental. De acordo com os autores, além de propiciar o contato com a natureza, o descanso e a fruição são também meios eficazes na interação homem/natureza e podem contribuir na formação da consciência ambiental. Neste sentido, a educação ambiental possibilita a formação de valores e atitudes sensíveis à diversidade, à complexidade e à solidariedade diante dos outros seres humanos e da natureza.

O projeto Férias no Museu, acontecia duas vezes ao ano, nos períodos das férias escolares de janeiro e julho, sendo realizado em dois dias da semana consecutivos. Teve como objetivo proporcionar aos visitantes atividades lúdicas e artísticas nas dependências do MAPRO, incluindo o Parque do Museu como espaço de lazer em família e promovendo o brincar coletivo.

As ações do projeto eram organizadas em três espaços diferentes: o cantinho das artes visava proporcionar o contato com diferentes tipos de artes (poema, escultura, pintura, entre outros); o cantinho da diversão realizava oficinas para a criação de brinquedos a partir de objetos do cotidiano, assim como brincadeiras para a promoção da socialização e resgate de antigos jogos infantis; o cantinho de leitura tinha como objetivo incentivar a leitura e realizar oficinas temáticas.

FIGURA 5 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO EVENTO



FONTE: Arquivos do Projeto Férias no Museu, 2019

FIGURA 7 - CANTINHO DA DIVERSÃO



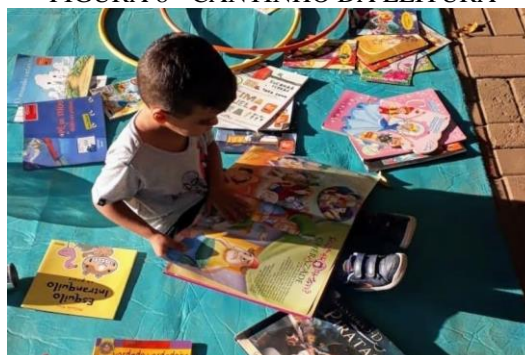
FONTE: Arquivos do Projeto Férias no Museu, 2019

FIGURA 6 - CANTINHO DAS ARTES



FONTE: Arquivos do Projeto Férias no Museu, 2019

FIGURA 8 - CANTINHO DA LEITURA



FONTE: Arquivos do Projeto Férias no Museu, 2019

Destaca-se que os projetos Encontros no Jardim e Férias no Museu, além de proporcionar atividades lúdicas também trabalhavam com a proposta de visita guiada, cujo objetivo era a interação das crianças e dos responsáveis que as acompanhavam, com o patrimônio cultural e natural existente no MAPRO. Na visita mediada pelo Parque Mariano Procópio, pelo bosque e pela Galeria Maria Amália, os **mediadores** faziam menção à história do local e à construção do patrimônio, sensibilizando as crianças, desenvolvendo nestas um sentimento de pertencimento e possibilitando uma reflexão a respeito desses espaços de memória. Ao mesmo tempo, exploravam através da flora e fauna existente no parque a questão ambiental e geográfica, dando enfoque na importância da preservação do local como patrimônio cultural e natural de Juiz de Fora.

Segundo Elen, mãe de Sophia de seis anos, o projeto estimula “o pensamento, a valorização... o pensar, o respeitar, o bem estar da criança, leva eles a pensarem, a conhecer... uma árvore, uma brincadeira diferente, que o dia a dia não nos permite isso” (Informação verbal).

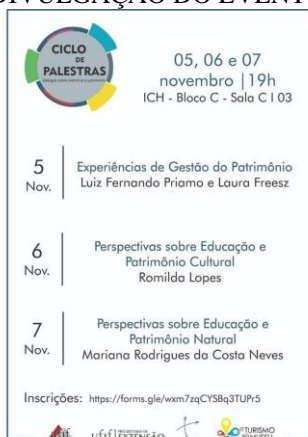
Neste sentido, é possível afirmar que o brincar coletivo pode ser compreendido como uma atividade humana criadora, na qual imaginação e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais. Durante o ato de brincar, a criança observa o mundo e suas capacidades, e se inclui nele, de forma espontânea e divertida, promovendo suas competências cognitivas, motoras, afetivas e sociais. Segundo Nunes (2020, p.26), “as atividades lúdicas permitem o desenvolvimento de interesses e curiosidades, provocam ações e pensamentos próprios e possibilitam maior interação física e social”.

Outros depoimentos destacam o resgate de brincadeiras antigas, como o caso de Rosania, avó de Mariani de nove anos, que afirma ser muito importante para as crianças resgatar essas brincadeiras, “essas coisas diferentes, porque criança só fica no computador e na televisão. Então, tendo esse espaço pra criança com terra, com verde, é muito bom” (Informação verbal).

Silva (2018, no prelo) cita os relatos dos responsáveis pelas crianças participantes das ações que apontam os projetos como benéficos ao proporcionarem a estas um maior contato com a natureza, com a cultura e história da cidade de Juiz de Fora, além de contribuir para a socialização das crianças e como alternativa ao uso excessivo de recursos tecnológicos a que estão expostas atualmente.

Por outro lado, o projeto Ciclo de Palestra Diálogos sobre Memória e Patrimônio, era voltado para comunidade acadêmica da UFJF e ocorria semestralmente de 17 às 19 horas no Instituto de Ciências Humanas da universidade. Teve como objetivo proporcionar ao público acadêmico uma reflexão acerca das teorias e práticas envolvendo os espaços patrimoniais, memória e turismo, bem como tratar questões como gestão, interpretação e mediação na relação patrimônio e turismo. Nessa proposta, especialistas de diversas áreas foram convidados a partilhar suas experiências e conhecimentos, conforme pode ser observado nas figuras 9 e 10.

FIGURA 9 - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO EVENTO



FONTE: Arquivos do Projeto Ciclo de Palestras, 2019

FIGURA 10 - PALESTRA REALIZADA NO CLICLO DE PALESTRAS DIÁLOGOS SOBRE MEMÓRIA E PATRIMONIO



FONTE: Arquivos do Projeto Ciclo de Palestras, 2019

De acordo com relatos de alguns participantes, as palestras foram essenciais na complementação de sua formação ao proporcionar o contato com diferentes profissionais da área; ao possibilitar a participação em cursos como restauração, escrita de projetos, processo de captação de recursos para financiamento de projeto; ao esclarecer questões que muitas vezes na teoria não ficam tão evidentes; ao proporcionar o conhecimento detalhado da área do patrimônio que normalmente não se tem contato por inúmeras questões, tais como, ausência de laboratório e vagas para estagiários; dentre outros.

De acordo com a coordenadora de Atividades Educativas do Museu, Laura Freesz, as ações executadas pelo programa de extensão “O Turismo no Museu”, vieram colaborar significativamente para ações já realizadas pelo museu, como foi o caso do Férias no Museu, que com o programa passou a ser ofertado em mais edições. Além disso, aponta que outros projetos como o Encontros no Jardim, vieram preencher uma lacuna do museu em relação a projetos envolvendo a temática educação ambiental. Segundo a coordenadora, o programa possibilitou uma ampliação do público atendido pelo museu e veio suprir principalmente um déficit do museu em relação à mão de obra especializada para realização dessas ações (SILVA, 2018, no prelo).

Para o bolsista do programa, Jeferson, do curso de Turismo, a participação nos projetos foi muito importante para sua formação, constituindo “um verdadeiro exercício de cidadania”. Neste sentido, é possível destacar o caráter transformador da extensão, considerando-a como

parte importante no processo de formação acadêmica, profissional e pessoal ao possibilitar o estímulo à reflexão entre teoria e prática e o conhecimento e interação com a realidade.

Vale ressaltar as limitações e desafios quanto ao desenvolvimento do programa, destacando, dentre estes: o número limitado de bolsistas para envolvimento, realização e trabalho em três projetos de extensão; necessidade de limitar o número de participantes quando o evento envolvia oficinas, devido a limitação de recursos para sua realização; a dependência com relação ao clima, visto que as ações dos projetos Encontros no Jardim e Férias no Museu eram realizadas no parque do museu, espaço aberto e que em condições climáticas desfavoráveis não permitia a realização das atividades; e, a ausência de recursos financeiros para financiar os gastos com o projeto.

No entanto, com base nesses dados, é possível afirmar que o programa “O Turismo no Museu” favoreceu a formação ético-política de seus membros e do público alvo, sendo capaz de dinamizar ações que valorizem o patrimônio cultural e natural do município de Juiz de Fora. Contudo, é importante destacar, no âmbito desse programa, que a construção do conhecimento através da pesquisa constituiu um processo integrado ao ensino e chegou à sociedade a partir das atividades de pesquisa e extensão, formando, assim, um entrelaçamento entre ensino, pesquisa e extensão, fazendo cumprir, portanto, com os objetivos de uma Universidade Pública.

Assim, quanto a indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão, o “Turismo no Museu” visou subsidiar os conteúdos apresentados em sala de aula pelos docentes envolvidos, com exemplos e aplicações práticas das teorias estudadas. Os estudantes tiveram a oportunidade de justapor tais conhecimentos nas ações a serem realizadas em parceria com o MAPRO, concretizando a ponte entre a reflexão teórica, promovida pelos eixos ensino e pesquisa, com a aplicação prática deste, por meio da extensão.

5 Considerações Finais

É inegável a importância e a representatividade que as instituições museais apresentam em nossa sociedade, os traços de determinada cultura em diferentes épocas, fazem desses espaços símbolos do patrimônio cultural, capazes de resgatar a herança cultural das sociedades. Nesse sentido, o Museu Mariano Procópio se configura como uma referência simbólica de grande representatividade para o patrimônio cultural do município de Juiz de Fora.

Porém, entende-se que somente o patrimônio cultural por si só, por mais simbólico e relevante que possa ser, não desenvolve uma relação de pertencimento com a comunidade na qual está inserida, necessitando para isso de um trabalho de reflexão sistemático, papel central da Educação Patrimonial. Nesse sentido, o programa “O Turismo no Museu” se apresentou como uma ação afirmativa estando em consonância com as propostas da Política Nacional de Museus no que diz respeito à democratização do acesso aos museus, através de atividades pautadas na educação sobre o patrimônio cultural e ambiental do MAPRO.

Diante a análise apresentada, é possível concluir que a Educação Patrimonial é capaz de mudar as relações entre o indivíduo e o local na qual este se encontra inserido. Nesse sentido, o Programa, fomentou um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização do patrimônio cultural e de sensibilização com o meio ambiente, intensificação dos laços de memória e criação de valores relacionados ao meio ambiente para as gerações futuras.

Contudo, o Programa “O Turismo no Museu”, através de suas ações reafirmou o papel da universidade ao promover a articulação e integração no que diz respeito ao ensino, a pesquisa e a extensão refletindo não só na formação discente e no trabalho docente, mas no público alvo e na instituição em questão (MAPRO), constituindo, portanto, um repensar do indivíduo e suas relações com o patrimônio, o ambiente e a sociedade, em um exercício de contribuição mútua.

Referências

BOFF, L. Virtudes para um outro mundo possível. *Hospitalidade: direito e dever de todos*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BONI, V.; QUARESMA S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica Em Tese**, v.2, n.1(3), p. 68-80, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf>. Brasília: Ministério do Turismo, 2016. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Brasília, 2003. Disponível em:<https://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf>. Acesso em 19 jun. 2017.

CANCLINI, N. G. O Porvir do passado. In. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2008. p.159-204.

COSTA, C. M. **Uma casa e seus segredos: a formação de olhares sobre o Museu Mariano Procópio**. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Rio de Janeiro: FGV, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2120>>. Acesso em: 20 set. 2018.

DEMARCHI, J. L. O que é, afinal, a educação patrimonial? uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. **Revista CPC**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 140-162, 2018. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v13i25p140-162. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144337>. Acesso em: 7 abr. 2021.

FLORÊNCIO, S. R. Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Revista CPC**, [S. l.], v. 14, n. 27esp, p. 55-89, 2019. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp55-89. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/159666>. Acesso em: 7 abr. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. 284 p.

FROSSARD, M. S. **As práticas de educação patrimonial para o fortalecimento da democratização cultural, do exercício da cidadania e da preservação da memória no Museu Mariano Procópio**. 2016. Programa de Extensão submetido ao Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação, Juiz de Fora, 2016.

GADOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê? 2017. Disponível em: <<https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-universitaria-para-que>>. Acesso em: 13 maio de 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRUNBERG, E.; RAMOS, S. P.; SILVA, A. C. P. Sobre educação patrimonial, turismo e preservação dos bens culturais. **Revista Iberoamericana de Turismo**. Penedo, v. 4, n. 1, p. 125-129, 2014.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>. Acesso em: 01 out. 2018.

MALERBA, R. C.; REJOWSKI, M. Extensão Universitária em Turismo: a atuação das instituições públicas de educação superior do Brasil. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 231-258, 2014. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v25i1p231-258. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/80715>.

MELO, A.; CARDOZO, A. F. Patrimônio, Turismo Cultural e Educação Patrimonial. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, no. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, maio/ago. 2009.

MORAES, E. A. Hospitalidade em espaços urbano: a cidade, o patrimônio e o turismo In: SPOLON, A. P. G.; MORAES, E. A.; ROSA, L. G.; SILVA, W. C. D. **Hospitalidade**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

NUNES, Fernanda Bertazzo. Educação patrimonial: experiência aplicada para o município de Santiago – RS. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2020.

OLIVEIRA, Cléo Alves P. Educação patrimonial no Iphan. Monografia de Especialização. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2011.

QUIARARIA, Clarissa Campos. **Hospitalidade pública**: o caso da Praça Gustavo Teixeira em São Pedro, SP. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento do Turismo) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, University of São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100140/tde-06082018-101558/en.php>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

RODRIGUES SOUSA, S.; ZORZAN, A.; VIANNA, P.; VIAN, C.; VISINTAINER, D.; POLLI, V. Práticas educativas no contexto ambiental em uma casa de acolhimento institucional do município de passo fundo. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 8, n. 3, p. 175-183, 21 dez. 2017.

SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016.

SANTOS, B. S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SCIFONI, S. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. **Revista Teias**, v. 18, n. 48, jan.-mar, 2017.

SILVA, L. M. M. **Resultados de uma parceria de extensão: Museu Mariano Procópio e UFJF**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Turismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018. No prelo.

TOLENTINO, Átila B. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Revista CPC**, [S. l.], v. 14, n. 27esp, p. 133-148, 2019. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp133-148. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/158560>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ALVES, M. B.; BOTTO, I.; VIEIRA, P. R. Turismo, Educação Patrimonial e Extensão Universitária: Reflexões a partir do Programa de Extensão "O Turismo no Museu" da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, volume 18, n.3, p. 91-115, 2021.

VILLELA, L. B. **Férias no Museu**. 2018. Programa de Extensão submetido a Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

Artigo recebido em: 22/08/2021

Avaliado em: 14/10/2021

Aprovado em: 16/12/2021